www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v. 30, n. 164, 2026 | DOI: 10.69849/ydqb8d55

A “cidade grande” como destino: memória, urbanização e migração de meninas para Manaus nos anos 1970

The "big city" as a destination: memory, urbanization, and migration of girls to Manaus in the 1970s

Janaína Artiago[1]

Resumo

Este artigo sintetiza e reorganiza o segundo capítulo de uma dissertação de mestrado em História sobre meninas do interior do Amazonas que, nos anos 1970, trabalharam como domésticas em casas de família de Manaus. O capítulo combina três planos. O primeiro é teórico: discute a memória como construção do presente, o lugar da história oral e o surgimento da história da infância. O segundo é contextual: reconstitui a formação urbana de Manaus, a Política de Integração Nacional, a Zona Franca e o crescimento demográfico das décadas de 1960 a 1980. O terceiro é empírico: analisa a migração a partir de relatos de seis entrevistadas, que associam a ida para Manaus à busca de melhores condições de vida, mas também à pobreza, às enchentes, à fuga de abusos, à ausência de salário e à convivência ambígua entre afeto e exploração. Conclui-se que escutar essas mulheres é condição para uma construção histórica mais democrática.

Palavras-chave: migração; Manaus; Zona Franca; memória; história oral; trabalho doméstico infantil.

Abstract

This article synthesizes and reorganizes the second chapter of a master's thesis in History about girls from the interior of Amazonas who, in the 1970s, worked as domestic servants in family homes in Manaus. The chapter combines three dimensions. The first is theoretical: it discusses memory as a construction of the present, the place of oral history, and the emergence of the history of childhood. The second is contextual: it reconstructs the urban formation of Manaus, the National Integration Policy, the Manaus Free Trade Zone, and the demographic growth from the 1960s to the 1980s. The third is

[1] Mestre pelo PPGH/UFAM

empirical: it analyzes migration based on the accounts of six interviewees, who associate moving to Manaus with the search for better living conditions, but also with poverty, floods, fleeing abuse, the absence of wages, and the ambiguous coexistence between affection and exploitation. It concludes that listening to these women is a condition for a more democratic historical construction.

Keywords: migration; Manaus; Free Trade Zone; memory; oral history; child domestic labor.

1 Introdução

O segundo capítulo da dissertação desloca o foco do trabalho doméstico, tratado no primeiro, para o cenário em que ele ocorre: a cidade de Manaus nos anos 1970 e o movimento migratório que levou meninas do interior para a capital. O título do capítulo, “Memória de uma ‘cidade grande’, Manaus (1970), Migração”, já indica seus três eixos. O capítulo se organiza em três seções: “Quando cheguei na ‘cidade grande’”, “Cidade de Manaus” e “Migração”.

A autora parte de uma constatação: a migração para Manaus se mostra uma alternativa às dificuldades vivenciadas em diversas partes do Norte e do Nordeste do país e também no interior do Amazonas, segundo Silva (2016). Para compreendê-la, o capítulo não se limita aos fatores econômicos. Defende que é preciso acompanhar a chegada a Manaus pelos testemunhos dos sujeitos, pois as memórias deles integram a história da cidade.

Este artigo segue o percurso do capítulo, com alguns rearranjos. A seção 2 trata da discussão sobre memória, história oral e história da infância. A seção 3 apresenta o contexto de Manaus, da ocupação da Amazônia à Zona Franca. A seção 4 discute a migração, suas causas e suas formas de coerção. A seção 5 reúne os relatos das

entrevistadas. A seção 6 traz as considerações finais. As referências aos autores seguem o modo como foram mobilizadas no capítulo.

2 Memória, história oral e infância como questões de pesquisa

2.1 O relato de Alzenira e a memória como construção

O capítulo abre com o relato de Alzenira, natural de Tefé. Ela recorda que chegou a Manaus bem cedo, quando ainda estava escuro e havia muitas luzes acesas, e que ficou encantada com a cidade, que lhe pareceu grande e linda. Conta que teve a sorte de encontrar pessoas boas, que sabia de irmãs e primas que também foram trabalhar em Manaus e que nem todas tiveram a mesma sorte. Viveu dos 10 aos 16 anos na casa de uma única família, que a tratava bem e com a qual viajou de carro a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro. Voltou a Tefé, concluiu o ensino médio, casou-se e diz preferir cuidar da própria casa. Antes disso, descreve uma infância difícil no interior: sem luz elétrica,

com a mãe criando oito filhos, o pai pescador que ela descreve como uma pessoa ruim, a mãe lavando roupa para fora e as irmãs mais velhas indo trabalhar em casas de família.

A autora usa esse relato para mostrar como a memória opera. Observa que Alzenira enfatiza lembranças boas, e lembra que a memória não é simples recordação, e sim um processo dinâmico, sujeito a transformações e construções coletivas, que envolve também o modo como se escolhe lembrar. Registra, ainda, que Alzenira reforça a experiência positiva embora tenha passado vários anos longe da família, sem comunicação, sem receber salário e, em alguns momentos, sem estudar.

2.2 Memória, identidade e fontes orais

O capítulo apresenta a memória como um dos pilares da identidade: por meio dela, as pessoas organizam experiências, atribuem sentido ao passado e constroem narrativas sobre quem são. Ela é sempre uma construção feita no presente a partir de experiências passadas, e as memórias individuais e coletivas se confundem, pois os sujeitos são influenciados pelos grupos a que pertencem. Os registros orais são apresentados como uma forma de sistematizar memórias. Com base em Portelli, a autora distingue a tradição oral, ligada ao desejo de perpetuar o passado, das fontes orais, que podem ser não formalizadas, individuais e dialógicas.

A autora faz então um percurso historiográfico apoiado em Hutton (1993). A atenção dos historiadores à memória teve forte inspiração na historiografia francesa e na história das mentalidades coletivas, surgida em meados dos anos 1960, que tratava de vida familiar, cultura popular, religiosidade e hábitos locais. Philippe Ariès é apontado como um dos primeiros a chamar atenção para o tema, ao destacar a importância dos rituais comemorativos para os laços familiares entre o fim do século XVIII e o início do XIX e a função de monumentos e comemorações em relação aos Estados nacionais. Em seguida, surge nos anos 1980 uma história das políticas de comemoração, cujo pioneiro foi Maurice Agulhon, com *Marianne au combat* (1979), sobre a República na França (1789-1879). É nesse contexto que a formulação de Maurice Halbwachs se incorpora ao campo teórico dos historiadores.

Segundo o capítulo, Halbwachs entende que a memória envolve repetição e rememoração e ocorre paralelamente à sua revisão. A memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém, e na rememoração o sujeito não se lembra das imagens do passado em si, mas a partir das forças sociais do presente que agem sobre ele. A autora acrescenta que a valorização do imaginário social e das representações permitiu repensar as relações entre história e memória. A história busca produzir conhecimento racional e análise crítica, enquanto a memória também é construção do passado, mas se apoia em vivências e emoções, com flexibilidade para reler os eventos à luz do presente. Esse movimento favoreceu a valorização dos testemunhos diretos. As distorções, a subjetividade e a suposta falta de veracidade antes imputadas aos

depoimentos passaram a poder ser lidas como nova fonte de estudo, e não como motivo de desqualificação. O refluxo dos grandes modelos explicativos, por sua vez, dispersou as tradições historiográficas e abriu espaço para o estudo de períodos recentes.

2.3 A história da infância

A autora situa o interesse pela infância nesse momento de renovação da historiografia, quando o marxismo, método até então predominante, era questionado quanto à sua eficácia, e novos temas e abordagens eram exigidos. A infância surge como tema a partir da obra de Ariès *História Social da Criança e da Família* (1960). Sua tese central é que a criança nem sempre despertou os sentimentos que hoje desperta, e que a proteção atual resulta de um processo longo iniciado em meados dos séculos XVII e XVIII. Na Idade Média, as crianças não eram percebidas de modo diferenciado e recebiam tratamento semelhante ao de jovens e adultos. Só quando muito pequenas tinham atenção específica, o que Ariès chama de “paparico”, e logo passavam a conviver entre adultos, participando de trabalhos, brincadeiras, festas e jogos. A distinção se dava no trabalho, pois eram consideradas a força física e a capacidade da criança.

Entre os séculos XV e XVII, uma nova forma de pensar a criança surge lentamente, integrando saberes como filosofia, pedagogia e religião. A Igreja passa a associar a criança ao Menino Jesus, e ela passa a ser vista como sinônimo de pureza e inocência, a ser protegida de ambientes imorais e a receber afeto. O processo não foi homogêneo na Europa, houve resistência dos adultos, e a ação de pedagogos, moralistas e padres foi viabilizada pelas instituições escolares. A autora registra a principal crítica à obra: a de que Ariès buscou no passado a compreensão da infância do presente e, por não encontrar traços de tratamento às crianças na Idade Média, concluiu que ele era ausente (Carbonell, 1976). A seção termina com uma ponte para o objeto da pesquisa: mesmo com o reconhecimento do tratamento adequado às crianças, ainda existem situações que as colocam em perigo iminente, entre elas o trabalho doméstico inadequado.

3 Manaus: da ocupação da Amazônia à Zona Franca

3.1 A cidade e sua origem

Manaus é apresentada como um dos principais centros urbanos da região Norte, com população estimada pelo IBGE em 2.182.763 habitantes em 2019 e 1.802.014 habitantes no censo de 2010. Sua fundação está associada à construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro. O capítulo cita parecer do Conselho Estadual de Cultura, de 15 de junho de 1969, reproduzido pelo IGHA (2001), segundo o qual a cidade evoluiu à margem de uma desordem administrativa, passando de grande aldeia de índios a arraial, lugar, vila e cidade, e seu pequeno núcleo originário nasceu em 1669. A autora considera esses dados relevantes para compreender o desenvolvimento

do espaço urbano.

Com a economia da borracha, desde o final do século XIX, a Amazônia recebe incentivos governamentais para ser ocupada, mas o processo só se acelera a partir dos anos 1930, com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Os objetivos eram desenvolvimento regional, proteção das fronteiras e integração nacional (Araujo, 2016).

3.2 A Política de Integração Nacional

No fluxo Nordeste-Norte, além da economia da borracha, um forte estímulo à migração veio da Política de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, na década de 1960. O PIN originou três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), como estratégia de segurança nacional, na qual a integração da Amazônia era fundamental. Partia-se da perspectiva de que a floresta era uma barreira ao progresso, a ser vencida pelo desmatamento e por estradas de rodagem, e de que a Amazônia precisava ser povoada. Conforme Viana (2001), foram estabelecidos três tipos de intervenção:

- projetos de colonização, por meio do INCRA;
- projetos agropecuários, com incentivos da SUDAM;
- inserção no mercado internacional, com grandes projetos industriais, como o Programa Grande Carajás (1975-1978) e a Zona Franca de Manaus, criada em 1966.

O capítulo aponta como consequência o impacto ambiental, com desmatamento para campos de cultura e pastagens, e resultados sociais descritos como catastróficos: mais de 60% da população abaixo da linha de pobreza e taxa de analfabetismo de 24%, menor apenas que a do Nordeste. A autora atribui esse quadro, sobretudo, à ocupação urbana desordenada, que formou periferias com péssimas condições de moradia, enquanto o mercado de trabalho não conseguia absorver toda a demanda. As consequências mais profundas do PIN, segundo o capítulo, foram o empobrecimento da população, o crescimento populacional desordenado, que gerou a macrocefalia das capitais, e, por outro lado, maior participação no PIB nacional e industrialização.

3.3 A Zona Franca de Manaus

O Programa Grande Carajás e a Zona Franca de Manaus (ZFM) são descritos como polos de orientação desenvolvimentista. O que os diferencia é que a ZFM se baseia na internalização de plantas industriais e de produtos de alta tecnologia. Segundo Silva (2011), com a instalação da ZFM uma nova lógica passou a reger a dinâmica da cidade, que foi remodelada para atender interesses que se impunham. Citando Pacheco (1998), a autora afirma que a ZFM transformou o Amazonas em um estado sistematicamente superavitário em trocas internas.

O projeto da Zona Franca teve origem no começo dos governos militares, em 1964, e se concretizou em 1967 pelo decreto-lei 288/67, ao final do governo Castello

Branco, como resultado de um pacto tripartite entre a prefeitura de Manaus, o governo do Amazonas e o governo federal. Integrava a “Operação Amazônica”, plano federal de integração regional apoiado, segundo Silva (2011), em um tripé: a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia (BASA), a extinção da SPVEA com a criação da SUDAM e a criação de incentivos fiscais para a região, com a instalação da ZFM. Segundo a mesma autora, as elites, ressentidas com o “abandono” do poder central, abraçaram com entusiasmo as novas perspectivas.

A ZFM foi concebida como área de comércio de importação livre, com incentivos fiscais especiais e exportação, com o objetivo de criar no interior da Amazônia um centro comercial, agropecuário e industrial. Os incentivos compensariam as desvantagens de localização em relação aos mercados e permitiriam produção industrial competitiva. Loureiro, citado no capítulo, vê nela um modelo de crescimento regional que mudou o paradigma da economia tradicional, mercantil-extrativista, baseada na coleta de recursos da flora e da fauna e na cultura da juta, e a considera o único modelo bem-sucedido na experiência de planejamento governamental na região. O capítulo reproduz imagens do Polo Industrial de Manaus, entre elas o polo em 1971 e a empresa Moto Honda na década de 1970.

3.4 Crescimento urbano e composição da população

O capítulo informa que a população de Manaus cresceu 102% entre 1970 e 1980, 60% entre 1980 e 1991 e 39% entre 1991 e 2000, ou seja, a cidade desacelera a cada década, reproduzindo tendências nacionais. Entre 1970 e 1980, a população total cresceu 114% e a população rural decresceu 24%. A taxa de urbanização do município subiu de 91% para 96,6% nesse período, associado à implantação da Zona Franca. Segundo a autora, o século XX pode ser considerado o “século da urbanização”, e Manaus recebeu migrantes do Baixo Amazonas e de diversas regiões do país, o que alterou a estrutura física e social do centro urbano e levou ao surgimento de novos bairros. Com base em Barros (2012), observa que o espaço urbano era pouco familiar às pessoas do interior, mas que, ao frequentá-lo, despertam-se anseios de viver nele, o que provoca mudanças sociais e econômicas. Com a consolidação da ZFM nos anos 1970, a chegada de grandes multinacionais atraiu pessoas de várias regiões, e o crescimento da cidade na década superou o ritmo do país e do estado, como mostra o gráfico da taxa média anual de crescimento entre 1940 e 2000.

O capítulo situa esse crescimento em um contexto mais amplo. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por golpe civil-militar, ditadura, repressão, movimentos feministas, Atos Institucionais, Política de Integração Nacional e pelo “Milagre econômico”. Para a Amazônia, o governo planejou medidas justificadas por um discurso de impedir uma imaginável invasão varsoviana, e a Polamazônia propunha polos de desenvolvimento, cada um responsável por centralizar uma atividade especializada. Segundo Moura e Moreira (2000), Belém e Manaus são os principais núcleos urbanos do Norte, mas Manaus passa a ser o maior núcleo regional, posição antes ocupada por

Belém. Os autores descrevem o Amazonas como submetido a forte pressão migratória e quase em fase de desruralização populacional.

Quanto à composição, Manaus tem grande proporção de jovens. Em 1970 e 1980, 44% e 43% da população, respectivamente, tinham de 0 a 14 anos. Em 1970 havia 92 homens para cada 100 mulheres na população total, o que corresponde a 12.355 mulheres a mais. Entre os migrantes, houve predomínio masculino em 1980 (108 homens para 100 mulheres, 2.353 homens a mais) e em 1991, e predomínio feminino em 1970 e 2000 (98 e 99 homens para 100 mulheres). Moura é citado para explicar esses diferenciais pela saída proporcionalmente maior de mulheres do meio rural para o urbano.

4 Migração: expulsão, atração e coerção

4.1 Forças de repulsão e atração

Segundo Melo, os grandes deslocamentos com destino a Manaus resultam da força de repulsão do mundo rural e da força de atração das representações das atividades urbanas surgidas com a criação da Zona Franca. O autor situa a questão social entre posseiros, pequenos proprietários e assalariados e aponta as condições precárias de vida da população rural como um dos fatores fundantes do deslocamento. Um dos graves fatores de expulsão são as cheias, que destroem lavouras, animais e moradias e deixam os rurícolas na miséria e ao desabrigo. Os flagelados são encaminhados às cidades ou se dirigem a elas, e isso faz crescer bruscamente o que o autor chama de “inchação urbana”.

Bentes é citado por descrever, de modo dramático, a situação da população rural: pessoas que vêm da calha central do Amazonas e seus afluentes e vivem em choupanas sem piso, sem sanitário e sem proteção contra pragas, o que faz a favela urbana ser, em geral, melhor que a vida rural. Para Bentes, a Zona Franca não é a “bomba de sucção” que muitos comentam, e sim “o porto que abriga o náufrago”, dada a gravidade da situação do interior.

4.2 Migração forçada e trabalho análogo à escravidão

A autora recorre a Araújo (2012) para afirmar que o processo migratório na Amazônia evidenciou práticas de trabalho escravo. O trabalho forçado existente entre as décadas de 1970 e 1990 segue uma lógica correlata à trajetória histórica dos indivíduos que moram e migram, sendo a migração forçada pelas necessidades materiais do migrante, cooptada por promessas de qualidade de vida ou pela coerção. Ela esclarece que o trabalho análogo à escravidão não se restringe ao trabalho doméstico de meninas, pois em grandes cidades como Manaus e Belém há diversas situações em que se adquire mão de obra subtraindo às pessoas a dignidade. Pelas implicações teórico-metodológicas, optou-se, porém, por pesquisar o trabalho doméstico e, especificamente, o trabalho doméstico infantil de meninas.

4.3 A propaganda do desenvolvimento

O capítulo reproduz trecho de periódico citado por Ribeiro et al. (2015) que, no terceiro aniversário do decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, apresentava a Zona Franca como realidade esplêndida, centro de irradiação do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, com milhares de novos empregos no comércio e industrialização a partir do distrito industrial. A autora lê essa propaganda como arrebatadora. Os meios de comunicação apresentavam o Distrito Industrial como marco econômico, havia muitas vagas de emprego e a propaganda era repassada às famílias migrantes como promessa de dias melhores. Milhares de famílias chegavam desejando ser integradas à "divisão do progresso" e se lançavam em uma cidade desconhecida. Embora os problemas econômicos do lugar de origem sejam um dos aspectos mais comuns na migração, a autora insiste na importância dos testemunhos para acompanhar essa chegada.

5 As vozes das migrantes

5.1 História oral, gênero e silenciamento

Com base em Thompson (2002), a autora afirma que as migrações estão presentes na memória viva dos migrantes e das comunidades, com igual importância na história. A história oral contribui para dar visibilidade a grupos excluídos dos escritos e inserir no relato historiográfico vozes silenciadas. O testemunho dos silenciados busca validar memórias opostas aos estereótipos e expor traumas, ganhando importância como responsabilização e denúncia. No caso das mulheres, os testemunhos orais são um caminho para entrar na "grande história", de onde foram relegadas à vida privada e aos bastidores. Salvatici (2005) ressalta que a importância dada à história de mulheres e de gênero pela memória cresceu nas últimas décadas e indicou novos tópicos de pesquisa. O exemplo trazido é o livro italiano sobre as mulheres de Ravensbrück, publicado no início dos anos 1980, que rompeu quase quarenta anos de silêncio da memória coletiva e da história nacional sobre a deportação nazifascista, e cujas vozes femininas, segundo a autora citada, haviam sido confinadas à esfera privada. A partir daí, a autora propõe perguntar quais vozes ocupam as memórias coletivas e o espaço público, e observa que a comparação com os testemunhos das meninas revela desigualdade social, tanto nos lugares de origem quanto na vida em Manaus.

5.2 Motivos da ida a Manaus

Na perspectiva das entrevistadas, o deslocamento para Manaus desde os anos 1970 se configura como busca de boa qualidade de vida de pessoas que saíram do campo. Maria Altacyr diz que, desde a adolescência, procurava melhoria e tinha vontade de conhecer Manaus, e que o meio que encontrou foi trabalhar em casa de pessoas, o que fez por volta dos 14 anos, indo morar com uma tia paterna. Ali trabalhava e morava sem receber salário, mas ganhava roupa e calçado. Quando a tia

deixou o distrito e perdeu a condição de ajudá-la, procurou outra casa para ela morar e trabalhar.

Alaíde relata que não teve infância, adolescência nem juventude, pois foi colocada para trabalhar muito cedo. Perdeu a mãe, foi abandonada pelo pai e ficou, com os irmãos, com avós maternos pobres e analfabetos, em várzea sujeita a alagamentos, sem fogão a gás, sem sandália, sem lençol nem rede, dormindo sobre saco de estopa. O avô vendeu o terreno e veio a Manaus em busca de vida melhor, e a família foi morar no Parque 10. Augusta conta que começou a trabalhar em casa de família porque eram muitos irmãos, o padrasto tinha pouco emprego e a família vivia de roça e safra, de interior em interior, até chegar a Coari, onde famílias precisavam de babá e ela já estava acostumada a cuidar dos irmãos. Começou aos oito ou dez anos, sem salário, ganhando apenas roupa e itens básicos como sandália, sabonete e pasta, e só aprendeu o que era dinheiro em Coari. A autora observa que, com a baixa circulação de dinheiro no interior, as meninas eram praticamente obrigadas a trocar trabalho doméstico por recursos de sobrevivência, e que todos os motivos partem do mesmo princípio: a fuga de uma vida sem condições dignas.

O relato de Raimunda mostra a esperança de uma realidade melhor e o “aproveitamento” das fragilidades das famílias. Foi levada primeiro à casa da madrinha e, depois, a pedido de uma conhecida de sua mãe que precisava de uma criança para brincar com as filhas, foi morar em Manaus sem conhecer nada. Augusta, por sua vez, veio aos 14 ou 15 anos, acompanhando uma mulher que buscava uma menina para ser babá, e quis se livrar da “tribulação” com o padrasto. Ficou dois anos em uma casa simples, com casal e um filho, onde era bem tratada e levada a passeios, mas não recebia pagamento, apenas roupa e sandália, e nunca foi matriculada em escola.

5.3 Trabalho doméstico e herança escravista

Para interpretar essas práticas, a autora recorre a autores clássicos. Freire (2002) é citado para afirmar que o brasileiro traz na alma a marca do indígena e do negro, desde as amas de leite até as crianças que foram companheiras de brincadeira dos filhos dos senhores. A autora identifica nas palavras de Augusta uma relação de trabalho-escravidão: ela se percebia como alguém da família, mas não tinha direito algum garantido sobre sua atuação na casa, e a ida a Manaus, vista inicialmente como mudança, manteve os mesmos padrões. DaMatta (1986) é citado ao sustentar que, em um sistema marcado pelo trabalho escravo, as relações entre patrões e empregados ficaram confundidas, de modo que se mistura relação econômica com laços de simpatia e amizade, o que confunde o empregado e permite ao patrão exercer duplo controle. As “empregadas domésticas”, que moram na casa dos patrões e realizam o que ali é banido por definição, o trabalho, repetem a situação dos escravos da casa de antigamente, com o econômico subordinado ao político e ao moral.

O capítulo traz também dados de pesquisa citada de Schwartzman (2001, OIT):

entre as crianças e adolescentes em atividade econômica doméstica, 90% são meninas, 62% são negras ou pardas e 32% dessas crianças não estudam. A autora conclui que o trabalho doméstico não é ambiente adequado ao desenvolvimento infantil, por ser duro, desgastante e repetitivo. Reconhece que a ideia de acostumar meninas pobres às atividades domésticas tem muita força em todo o Brasil e parte da ideia de que trabalhar em casas de terceiros compõe a formação e dá uma profissão caso não se tenha êxito em outra. As obrigações domésticas, que começam no grupo familiar de origem, tiram o direito de brincar, essencial na infância, e as crianças, por não terem concluído seu desenvolvimento emocional e físico, são facilmente manipuladas.

5.4 Tratamento ambíguo e violência

Jacilene começou a trabalhar aos 11 anos em Nhamundá, sem salário, recebendo pequenos agrados de uma família que tinha comércio, e aprendeu ali a cozinhar e a cuidar melhor de uma casa. Em outra casa, relata que era bem tratada e respeitada, que o patrão a tratava como filha, que a patroa lhe dava, além de dois salários, perfume, camisola e roupas, e que na casa onde viveu dez anos nunca a apresentavam como empregada e a chamavam de Célia, “um agrado de família”. Segundo a autora, isso mostra que a manipulação nem sempre se dá por maus-tratos. Castanho (2002) é citado ao afirmar que o trabalho doméstico de meninas pode ser grave forma de violência, da qual derivam outras violações de direitos, inclusive físicas e sexuais, e que o ambiente privado em que ocorre favorece essas violações.

O relato de Raimunda mostra o outro extremo. Ela diz que a patroa a fazia trabalhar em tudo, a agredia de manhã cedo no banheiro quando o serviço não estava bom, não a alimentava direito e não dava nada em troca, e que não tinha como ir embora porque a mãe morava no interior. A autora vê aí uma das características apontadas por Castanho. Em contrapartida, os relatos de bom tratamento mostram que não havia um padrão de tratamento, e que as mulheres relembram com satisfação as casas em que encontraram algum carinho.

5.5 A realidade encontrada em Manaus

A realidade que as meninas encontravam em Manaus, vindas do interior, às vezes era mais dura do que a anterior. Alaíde descreve o Parque 10 como “o final do mundo”, sem luz, sem água, sem ônibus, com a rua Paraíba só de barro, e diz que foi ali, aos 10 anos, que passou fome de verdade, pois no interior ainda se podia pegar fruta e peixe, e na cidade ninguém dava nada. O avô vendia picolé e a avó lavava roupa para fora, com sua ajuda. Maria Altacyr relata que ficou mais de um ano sem estudar e foi morar, por arranjo da tia, na casa de uma professora casada com um advogado. Não gostou do tratamento, incomodou-se ao ver que a mãe da patroa era empregada dela, cuidou da limpeza, inclusive dos banheiros, e não se lembra de ter recebido salário. Em outro relato, atribuído em nota a Alaíde, o trabalho em uma casa sem água exigia tirar água

de um poço de 17 metros. Ela sonhava estudar e ser enfermeira, mas trabalhou cerca de dois anos como babá em casa que lhe dava apenas comida, sem roupa, calçado ou sabonete, e ela tinha vergonha de pedir.

6 Considerações finais

O segundo capítulo cumpre uma função de ligação. Fundamenta teoricamente o uso da memória e da história oral, descreve o espaço urbano de chegada e relaciona a migração das meninas às transformações econômicas e demográficas de Manaus nos anos 1970. Em termos teóricos, defende que a memória é construção do presente, que os testemunhos, com suas subjetividades, são fonte legítima e que a história oral dá visibilidade a quem foi silenciado, em especial às mulheres. Em termos contextuais, mostra que a Zona Franca, a Política de Integração Nacional e o êxodo rural produziram crescimento acelerado e desordenado, com forte pressão migratória sobre a capital. Em termos empíricos, indica que os relatos convergem na busca por melhores condições de vida, mas revelam pobreza, enchentes, fuga de abusos, ausência de salário e de escola e tratamentos que variam entre o carinho e a violência.

O capítulo termina reafirmando que ouvir essas mulheres, historicamente negligenciadas e silenciadas, é essencial para uma construção histórica mais democrática, que permita enxergar os sujeitos que fizeram parte da composição de um marco. O capítulo seguinte da dissertação, conforme o sumário, trata dos abusos e assédios sofridos pelas crias de família.

Referências

ARAUJO, E. Política de integração nacional e desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. *Anais*, 2016.

ARAÚJO, W. Trabalho doméstico e servidão: trajetórias, gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM. *EDUCAmazônia*, v. 8, n. 1, p. 8-25, 2012.

BARROS, J. *Cidade e história*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BENTES, R. Comentários a OLIVEIRA, L. A. P. de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, H. A. de (Org.). *A pesquisa social na Amazônia: avanços, lacunas e prioridades*. Recife: Massangana, 1996.

CARBONELL, C. La naissance de la Revue historique: une revue de combat (1876-1885). *Revue historique*, n. 518, 1976.

CASTANHO, N. *Políticas sociais e oferta institucional frente ao trabalho infantil doméstico no Brasil*. Brasília: OIT, 2002.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREIRE, G. Casa grande e senzala. In: *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

HUTTON, P. *History as an art of memory*. Vermont: University Press of New England, 1993.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. *332 anos de Manaus: história e verdade*. Manaus: Valer/Governo do Estado, 2001.

MELO, M. L.; MOURA, H. A. de. *A migração para a cidade de Manaus*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

MOURA, H. A.; MOREIRA, M. de M. Análise demográfica da região Norte. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Orgs.). *Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 2000.

NAZARETH, T.; BRASIL, M.; TEIXEIRA, P. Manaus: crescimento populacional e migração nos anos 90. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, p. 201-217, jul./dez. 2011.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

RIBEIRO et al. “A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital”: vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). 2015.

SALVATICI, S. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. 2005.

SCHWARTZMAN, S. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001.

SILVA, P. R. da et al. *Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. 2011.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: VIANA, G.; LIMA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.